

SOS Sangue
Carlos Eduardo Peres, o Timbó, craque da Copa Bancária e ídolo da torcida do Real União precisa de doação de sangue (qualquer tipo). Telefones (21) 3030-6761/3233-5950 e 97177-9671 (whatSapp).

Antecipação da PLR e aumento real são frutos da mobilização dos bancários

Em meio à conjuntura de retirada de direitos, estratégia do acordo de dois anos garantiu reajuste acima da inflação e conquistas da PLR e dos tíquetes

Apesar de tempos tão sombrios, de ataques aos direitos dos trabalhadores e à democracia, a categoria garantiu um reajuste salarial acima da inflação: 10,97% de reajuste, incluído aumento real de 0,5%, tendo como referência o INPC-IBGE. Este ganho não é uma concessão dos bancos, mas fruto da organização nacional dos sindicatos e da mobilização da categoria bancária que, desde 2004, conquistou um ganho real acumulado nos salários de 21,94%. O resultado mostra a decisão acertada do movimento sindical em ter firmado o acordo de dois anos, que impediu perdas de direitos e arrocho com reajuste abaixo da inflação.

MAIORIA PERDEU PARA INFLAÇÃO

Para se ter uma ideia da importância da estratégia acertada dos sindicatos da categoria, mais da metade das categorias de trabalhadores no Brasil (52,3%) fechou acordo abaixo da inflação no primeiro semestre, segundo acompanhamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), com base em dados do Ministério da Economia. Só 16,5% tiveram ganhos reais, enquanto 31,2% dos reajustes foram equivalentes à variação da inflação. O levantamento incluiu quase 4.700 acordos e convenções. A unidade e mobilização preservou ainda a jornada de seis horas e os direitos dos sistemas de saúde dos trabalhadores de estatais, como o caso do Banco do Brasil (Cassi) e Caixa Econômica Federal (Saúde Caixa), derrotando projetos do Governo Bolsonaro que ameaçaram os direitos dos trabalhadores (MP 1045 e CGPAR 23).

PLR ANTECIPADA

A garantia da PLR e sua antecipação já confirmada por alguns bancos, também é fruto da pressão dos sindicatos. “O acordo de dois anos, diante da conjuntura econômica e política mais adversa das últimas décadas, foi uma estratégia acertada. Além de preservar os direitos previstos em nossa Convenção Coletiva de Trabalho garantiu um reajuste acima da inflação no salário e demais verbas remuneratórias. Os bancários e bancárias merecem mais, porém, ao verificarmos que mais da metade das categorias de trabalhadores não conseguiu sequer repor a inflação, afirmamos sem medo de errar, que tomamos a decisão certa no acordo bianual”, disse o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira. Veja ao lado como ficam os salários e a PLR dos bancários

Itens da CCT	2020	2021
Reajuste Salarial	1,5% + R\$ 2000,00	10,97%
Reajuste Diferenciado	1,50%	10,97%
Reajuste Diferenciado 2	2,94%	10,97%
Pisos Até 90 dias		
Portaria	1.551,47	1.721,67
Escritório	2.223,60	2.467,53
Caixa e Tesoureiro	2.804,33	3.111,97
Pisos Após 90 dias		
Portaria	1.699,49	1.885,92
Escritório	2.437,79	2.705,22
Caixa e Tesoureiro	3.293,13	3.654,39
Gratificações		
Gratificação de Caixa	580,73	644,44
Outras Verbas de Caixa	274,61	304,73
Adicional por Tempo de Serviço	33,21	36,85
Gratificação de Compensador de Cheques	189,22	209,98
Auxílios		
Auxílio Refeição	37,78/dia	41,92/dia
Auxílio Alimentação	654,87	726,71
13º Auxílio Alimentação	654,87	726,71
Auxílio Creche / Babá (filhos até a idade de 71 meses)	502,98	558,16
Auxílio Funeral	1.133,07	1.257,37
Morte e Invalidez por Assalto	166.599,05	184.874,97
Auxílio Transporte (Noturno)	116,62	129,41
Requalificação Profissional	1.688,67	1.873,92
Remuneração Variável		
PLR - Regra Básica		
valor fixo	2.529,54	2.807,03
PLR - Parcela Adicional (teto)		
Teto regra basica	13.569,74	15.058,34
Teto regra basica majorada	29.853,39	33.128,31
Antecipação PLR		
valor fixo	1.517,72	1.684,21
teto regra basica antecipação	8.141,83	9.034,99
teto antecipação adicional	2.529,54	2.807,03
Multa		
Multa por Descumprimento	40,31	44,73

Sindicato cobra do BB negociação de horas negativas

Membro da Comissão de Empresa dos Funcionários, Rita Mota diz que falta de planejamento e a reestruturação fazem parte de projeto de privatização do BB

O Sindicato dos Bancários do Rio está cobrando do Banco do Brasil o cumprimento do compromisso assumido de realizar negociações permanentes sobre assuntos ligados à pandemia da Covid-19. A entidade reivindica que o BB forneça informações sobre o número de funcionários com horas negativas e a quantidade de horas devidas; a troca de local de trabalho entre os que foram removidos de forma compulsória; e a reversão de decisões de gestores que retiraram funcionários em home office e que, assim, passaram a acumular horas negativas.

COMPROMISSO ASSUMIDO

O compromisso foi assumido em reunião no dia 18 de agosto com a Gerência de Pessoas (Gepes) e da Plataforma de Suporte Operacional (PSO) que discutiu o fim das metas impostas aos caixas, a sobrecarga de trabalho e a viabilização da troca de local entre os que foram removidos compulsoriamente. Diretora do Sindicato,



NÃO É POR ACASO - O Sindicato acusa que a falta de planejamento que culminou com a reestruturação do BB é feita para desmontar a estrutura do banco a fim de privatizá-lo

Rita Mota, que também é a representante da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado Rio de Janeiro na Comissão de Empresa dos Funcionários (CEEBB), lembra que pelo acordo da Covid-19, dentro em breve vencerá o prazo para a compensação das horas negativas, sendo que o banco, até agora, não deu o retorno sobre o número de funcionários e o montante de horas negativas de cada um. “Apesar disto, sabemos que, há casos em que este número é muito alto. Mas precisamos

ter acesso a estes números para podermos negociar a forma da compensação prevista tanto no acordo coletivo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, quanto no acordo da Covid-19”, frisou. O outro ponto a ser discutido é o fim da colocação de funcionários que estavam em home office em horas negativas por decisão do gerente. “Ao nosso ver, alguns gestores estão transformando uma medida que visa defender pessoas impedidas de trabalhar por uma questão de saúde, em punição aos que

podem realizar o teletrabalho. Ou seja, algo muito próximo de um assédio moral”, criticou. “São afastados compulsoriamente e colocados na geladeira. Isso não pode continuar acontecendo”, advertiu.

DESMONTE E PRIVATIZAÇÃO

Por fim, Rita cobrou que o BB coloque em prática a troca de local de trabalho entre pessoas que foram removidas compulsoriamente em abril, após as movimentações decorrentes da reestruturação de janeiro, decisão que expôs ainda mais os funcionários ao risco de contaminação em função do deslocamento. “Foi mais uma consequência grave da falta de planejamento que culminou com a reestruturação, feita para desmontar a estrutura do banco para privatizá-lo e, pior, em plena pandemia, mostrando que o governo não tem a menor preocupação nem com os funcionários, muito menos com a população que passou a ficar mais tempo nas filas de atendimento”, afirmou.

Servidores ocupam Brasília na terça (14) contra a reforma

Atividades incluem protestos, greves e paralisações até quinta-feira (16)

Desta terça-feira (14) até quinta (16) servidores federais, estaduais e municipais de todo o país realizarão protestos, greves e paralisações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma Administrativa do governo de Jair Bolsonaro (sem partido). Haverá protestos em Brasília, mas também em várias cidades do país. Um dos pontos mais criticados pelo movimento sindical é o fim da estabilidade, que vai agravar a

corrupção nos governos, pois os servidores, sem a estabilidade, não terão coragem de denunciar casos de desvios de dinheiro público e ainda podem sofrer perseguição política. A proposta é na verdade uma privatização do setor público, o que tornará pior o atendimento à população.

Acompanhe, em nosso site, os desdobramentos dos protestos: www.bancarios.org.br. No Rio, o protesto será no Buraco do Lume, às 16h.



Clique no link www.fundacaoitaunibanco.com.br, disponível em nosso site (www.bancariosrio.org.br) e atualize seu cadastro da Fundação Itaú-Unibanco.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 9000**

Sindicato pressiona bancos a pagar logo o adiantamento da PLR

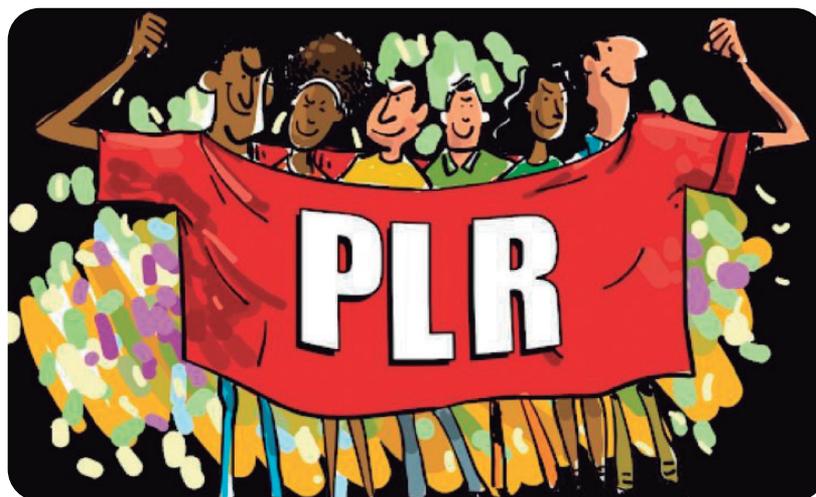
Uma das conquistas históricas mais relevantes dos bancários e bancárias, que está preservada no acordo de dois anos, é a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O movimento sindical também tem importância no adiantamento da PLR e tem reivindicado, banco a banco, para que seja creditada a primeira parcela o quando antes. “Somos uma das poucas categorias que tem atravessado a tragédia política do Governo Bolsonaro de ataques aos trabalhadores preservando os nossos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, que possui alcance nacional”, explica a vice-presidenta do Sindicato do Rio, Kátia Branco. Confira

como está o calendário do pagamento da PLR no final desta matéria.

Os bancos têm até o dia

e atualizadas informações sobre este e outros assuntos: www.bancariosrio.org.br.

Bradesco - PLR será



30 de setembro para creditar a primeira parcela. Em nosso site, você confere novas

paga no dia 20 (segunda-feira)

Itaú - Ainda não definiu a

data do pagamento. Infelizmente, costuma ser um dos últimos a pagar.

Santander - Até o fechamento desta edição o banco não havia confirmado a data.

Caixa - Pagou a antecipação no dia 10, mas apenas metade do valor correto. Os sindicatos estão cobrando a correção no dia 20, junto com os salários.

Banco do Brasil - O BB pagou o adiantamento no dia 31 de agosto.

Demais bancos - O Banco do Nordeste creditou no último dia 10. O Mercantil vai pagar dia 20. Os demais bancos não haviam confirmado a data do pagamento da PLR até o fechamento desta edição.

Passados os arroubos de Bolsonaro, a realidade: agosto tem maior inflação em 21 anos

Após o bolsonarismo viver momentos de histeria e êxtase, com os manifestantes acreditando que o presidente Bolsonaro iria decretar estado de sítio ou fechar o STF (Supremo Tribunal Federal) e a euforia ter tomado uma “ducha de água fria”, após o ex-presidente Michel Temer aconselhar e Bolsonaro se desculpar com o ministro da Suprema Corte, Alexandre de Moraes, o Brasil volta à realidade. A inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve alta de 0,87% em agosto, a maior para o mês em 21 anos, desde o ano 2000. Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, acima do registrado nos 12 meses anteriores (8,99%). Em agosto do ano passado, a variação mensal foi de 0,24%. Os índices caminham para os dois dígitos.

ÍNDICE PARA BANCÁRIOS

O índice que mede o reajuste dos bancários não é o IPCA, mas o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que fechou em agosto com



Em alguns estados a gasolina já é vendida a mais de R\$8 o litro. A alta dos combustíveis puxou a inflação recorde

uma alta de 0,88%. A explosão inflacionária mostrou que os sindicatos da categoria e a Contraf-CUT acertaram na estratégia de firmar um acordo de dois anos.

POLÍTICA ECONÔMICA

O principal vilão da alta dos preços tem a ver com o fiasco da política econômica do ministro banqueiro Paulo Guedes: a alta dos combustíveis (gasolina, 2,8%, etanol, 4,5%, diesel, 1,79% e gás veicular, 2,06%) repercutem no aumento dos alimentos. Os preços não

são causados pelo ICMS dos estados como afirmam as fake news de Bolsonaro nas redes sociais, mas pela política da direção da Petrobras desde o governo Temer, que dolarizou a referência de preços e reduziu a produção nacional do refino de petróleo. Com isso, a importação bateu recorde na história com os preços sujeitos ao câmbio. Bolsonaro manteve esta política.

O TRABALHADOR PAGA A CONTA

As ameaças de Bolsonaro às instituições democráticas agravam a crise, mas os arroubos do presidente, como no sete de setembro, servem também para tirar a atenção da população antes do anúncio de uma nova má notícia para o trabalhador brasileiro. É como faziam os “bobos da corte” nos tempos dos reinados. O certo é que quem sofre é a população, que paga cada vez mais caro por alimentos e combustíveis e vê seu salário perder o poder de compra. Ninguém aguenta mais.

Sindicato cobra da Caixa acerto do valor da PLR a ser pago no dia 20

Empregados questionam valor inferior, pago pela metade, no último dia 10 de setembro. Contraf-CUT e CEE/Caixa enviam ofício cobrando a devida correção

Os empregados da Caixa Econômica Federal estão indignados com os valores inferiores pagos pelo banco referente à PLR (Participação nos Lucros e Resultados). A empresa teve crescimento nos lucros, mas a parcela paga no último dia 10 de setembro foi inferior ao que os bancários têm direito. O Acordo Coletivo de Trabalho estabelece em sua 11ª cláusula, parágrafo sétimo, que o adiantamento a ser pago no dia 20 de setembro seria de 50% do valor devido e calculado levando-se em consideração o lucro líquido do banco obtido no primeiro semestre de 2021.

OFÍCIO FOI ENVIADO

A Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro)



O Sindicato cobra a devida correção dos valores da PLR para os empregados da Caixa e mantém a mobilização em defesa dos empregados e dos bancos públicos

e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), a pedido dos sindicatos, enviaram ofício na segunda-feira (13) à Gerência Nacional de Relações de Trabalho (Gerret) e a Diretoria de Gestão de Pessoas (Depes) cobrando o devido acerto. “Cobramos que a direção da Caixa faça o acerto e pague no dia 20, jun-

Valores corretos que a Caixa tem que pagar aos empregados

Parcela Regra Adicional R\$2.864,00
PLR Social R\$5.207,34

Os Valores calculados pela Caixa são inferiores: R\$1.451,01 e R\$2.638,20, respectivamente.

to com os salários, os valores corretos da PLR. Não vamos aceitar nenhuma forma de redução daquilo que é o nosso

direito previsto no acordo de dois anos”, disse o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira.

TCU investiga uso político da Caixa pelo seu presidente Pedro Guimarães

Investigação similar está sendo feita no Banco do Brasil

O presidente da Caixa Econômica Federal Pedro Guimarães está sendo investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por uso do dinheiro e da estrutura do banco público para favorecimento pessoal, em campanha política. Além do pedido de afastamento, o subprocurador-geral Lucas Furtado, do Ministério Público do TCU, acionou o chefe do banco por uso da máquina no caso da gerência “Caixa Mais Brasil”, criada para cuidar de sua agenda de viagens e eventos pelo país, além de organizar um canal de vídeos dele na instituição.

Tudo a um custo de pelo menos R\$ 330 mil por mês. A alegação foi a de ‘aproximar a direção do banco de autoridades, empresários e lideranças locais’. Mas a finalidade pare-

ce ter sido outra, com pretensões de Guimarães de trilhar outros caminhos.

DINHEIRO PÚBLICO

Há suspeitas de que o uso ilegal do dinheiro teria sido incentivado diretamente pelo presidente Jair Bolsonaro de quem o presidente da Caixa teria recebido as coordenadas sobre o futuro político: seria seu vice em 2022 ou, caso isso não acontecesse, teria seu apoio para uma vaga no Senado ou até mesmo para uma candidatura ao governo do Rio de Janeiro. “É inadmissível que o presidente da empresa utilize os recursos, inclusive humanos, da Caixa para se autopromover e fazer campanha eleitoral para o presidente da República. Assim como é

inadmissível que nessas viagens faça discursos que faltam com a verdade e desabonam o trabalho de dezenas de milhares de trabalhadores nos períodos anteriores à sua gestão”, afirmou Rogério Campanate, diretor do Sindicato e membro da Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa), numa referência às afirmações de Guimarães e de Bolsonaro de que o lucro da Caixa em sua gestão foi o maior da história, o que não é verdade. O dado foi usado por Bolsonaro para dizer que a CEF só deu prejuízo nas gestões petistas de Lula e Dilma. Pela informação falsa, Guimarães foi condenado pela Justiça a se retratar.

MAIS DE 97 VIAGENS

Desde 2019, como parte do

Caixa Mais Brasil o presidente da Caixa já realizou mais de 97 expedições (número que deve chegar a 166 até o final de 2022), ao custo médio de R\$ 50 mil por viagem, visitando mais de 140 municípios. Pedro Guimarães também é figura frequente nas lives de Jair Bolsonaro. Até maio deste ano, já acumulava 22 aparições.

AFASTAMENTO

Lucas Furtado apresentou representação no TCU em que pede a investigação, e o devido afastamento também do presidente do BB, Fausto Ribeiro. Ambos teriam feito uso político das instituições que presidem no episódio do manifesto da Febraban, em que o BB e a Caixa ameaçaram deixar a entidade que representa os bancos.